Expressão Universitária
Ano 6 Número 69 - Fevereiro/2016
www.sinsepes.org.br

"O DESAFIO QUE SE ABRE PARA ESTE SÉCULO ESTARIA EM FAZER DIALOGAR A CONCORRÊNCIA PRIVADA – ALMA DO LIBERALISMO – COM A NECESSIDADE DE JUSTIÇA SOCIAL E PROGRAMAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA."

LEONARDO BRANDÃO - PROFESSOR DR EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A HISTÓRIA NÃO ACABOU

PÁGINA 6

"AS CONDIÇÕES DESSE LABORATÓRIO SÃO PROBLEMÁTICAS E ESTÃO SENDO PROTELADAS HÁ TEMPOS. A SITUAÇÃO CHEGOU A ESSE PONTO PELO FAMOSO 'EMPURRAR PARA FRENTE DESPESA COM MANUTENÇÃO.'"

NEVONI DAMI - COORDENADORA DO CURSO DE FARMÁCIA DA FURB

GOTEIRAS EXPOSTAS ALERTAM PARA PRECARIEDADE DE LABORATÓRIO DA FURB

PÁGINAS 8 E 9

" AS MENSALIDADES SE CONVERTEM NUM ARTIFÍCIO PARA ENFRENTAR A CRISE FINANCEIRA CAUSADA PELO CORTE DO FIES NO INÍCIO DO ANO PASSADO."

MARCOS MATTEDI - PROFESSOR DR EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LADO B

PÁGINA 16

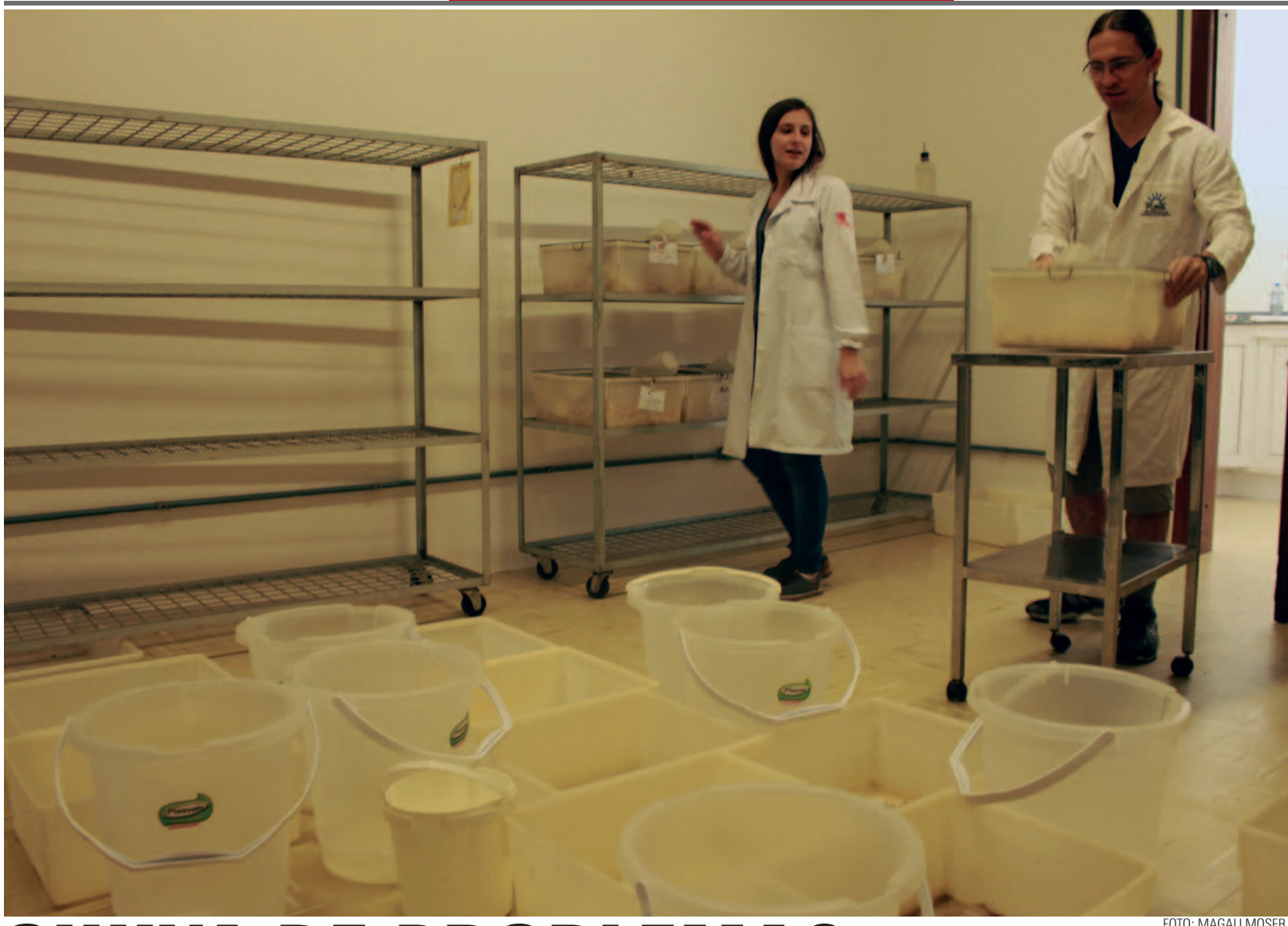


FOTO: MAGALI MOSER

CHUVA DE PROBLEMAS

GOTEIRAS EXPÕEM SITUAÇÃO PRECÁRIA DOS LABORATÓRIOS DA FURB. UM DOS PIORES CASOS É O DO BIOTÉRIO DO CAMPUS 3, ONDE EM DIAS DE CHUVA É PRECISO RECORRER A BALDES PARA CONTER A ÁGUA. SITUAÇÃO DESPERTA REFLEXÃO SOBRE CAMPANHA SALARIAL DOS SERVIDORES

PÁGINAS 3, 8 E 9

VESTÍGIOS DE LAMA

TRAGÉDIA DO ROMPIMENTO DAS BARRAGENS EM MARIANA COMPLETA TRÊS MESES SEM PUNIÇÕES. DE QUEM É A RESPONSABILIDADE PELO CRIME CONSIDERADO O DE MAIOR IMPACTO AMBIENTAL NO PAÍS?

PÁGINAS 10 E 11

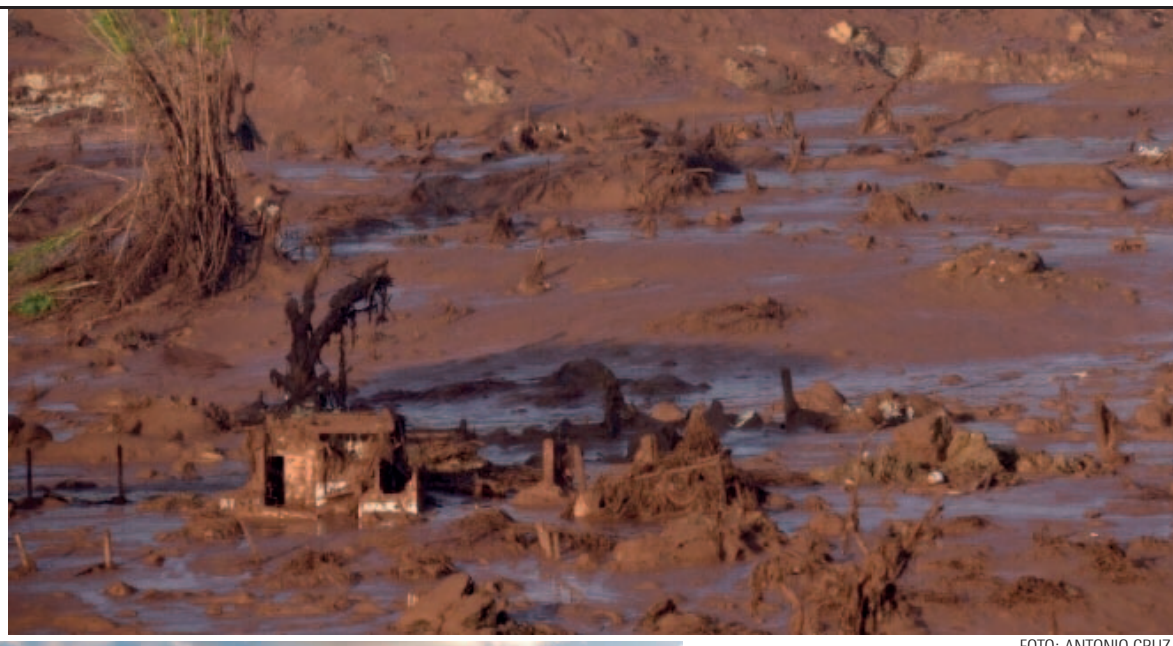


FOTO: ANTONIO CRUZ

FOTO: GUILHERME AUGUSTO LINHARES VENDRAMINI

CORIPÓS MAIS SEGURA

ESTUDANTE GRADUADO NA FURB GANHA PRÊMIO AO PROPOR ESTUDO SOBRE ÁREAS DE RISCO DA LOCALIDADE CONHECIDA PELOS DESLIZAMENTOS EM BLUMENAU

PÁGINAS 4 E 5

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

EDITORIAL

GOVERNO LIBERA 100% DO FIES, MAS A INSTABILIDADE FISCAL CONTINUA...

Dia 01 de fevereiro: a imprensa anuncia que o governo pretende abrir 60 mil novas vagas do FIES (O Fundo de Financiamento Estudantil) no segundo semestre desse ano e que vai voltar a pagar às instituições de ensino 100% das mensalidades a partir desse mês. No final do ano passado o governo só quitou 60% dos valores pendentes, o que ainda não aliviou o caixa das IES (Instituições de Ensino Superior). Nesse dia saiu no Diário Oficial a revogação da Portaria que possibilitava o pagamento parcial. Mesmo assim, o número total de novas vagas no ano deve ficar igual ao de 2015, em torno de pouco mais de 300 mil. O MEC (Ministério da Educação) anunciará reformulações também no Pronatec, no programa Ciência Sem Fronteiras e no ensino à distância. Os cursos técnicos do Pronatec, cujas vagas foram suspensas no último semestre por falta de recursos, ressurgem em 2016 com a estimativa de matricular 2 milhões de alunos em parceria com o sistema S com um orçamento de R$ 5 bilhões. Qual a novidade? Um novo modelo com o uso de metodologias como ensino à distância, portais do Sesi, Senai e TV MEC, mas com pouca participação das escolas privadas e com parcerias dos institutos tecnológicos públicos. O Programa Ciências sem Fronteiras será reduzido alterando o foco da graduação para apenas bolsas de doutorado e pós-graduação, inclusive com bolsa parcial para os que têm condições de pagar parte do curso. Para o ensino à distância, com mudanças a serem anunciadas em março, a principal proposta é permitir que universidades e centros universitários tenham autonomia para abrir polos, condição que atualmente é dada mediante aprovação do MEC.

> **“ ... A incerteza que deprime os novos investimentos seguirá seu curso por mais esse ano ou o próximo. Portanto, não há como descartar que o setor educacional também não será afetado negativamente por esse ambiente por mais que acreditemos do contrário. Por hora, recebemos apenas um alívio pelas “boas” notícias.**

Todo esse conjunto de novas informações reduz o cenário de incerteza financeira para as IES, que dominou o ano de 2015 e contém outras que contribuem para o realinhamento do planejamento anual, pois posiciona os jogadores que ganham e perdem. Dessa vez o saldo dos ganhadores é mais positivo. Nesse começo de ano, o setor educacional pode ser ainda uma das poucas “ilhas” que retome um pouco o crescimento de suas atividades com essas boas notícias. Todavia, o mesmo não acontece com o restante da economia cuja situação, via de regra, segue no mesmo de incertezas sobre a quem recairá a conta do ajuste fiscal. Mesmo que tenham afastado o ex-ministro fiscalista Joaquim Levy, a conta monstruosa do déficit fiscal segue registrando aumentos cuja possibilidade de financiamento recai sobre a emissão de títulos públicos federais que, combinados com a taxa de juros real, ultrapassará os 70% da dívida em relação ao PIB (leia-se, o Produto Interno Bruto em queda pelo segundo ano consecutivo, o que piora a evolução do índice). Em 2015 fechamos esta relação em 66,2%, o maior em nove anos. Aos que não conhecem a natureza dessa conta poderão argumentar que certos países, como o Japão (230%), EUA (102,98%), Itália (132,30%) ou zona do Euro (média de 92,10%), indicam que ainda estamos bem. O problema consiste numa equação com déficits persistentes com uma elevada taxa de juros incidente sobre a dívida pré-existente. Faz surgir uma explosão na evolução da dívida PIB que no médio prazo ultrapassará os índices de alguns desses países citados. Mas com uma pressão crescente sobre os juros para o seu financiamento. De uma crise fiscal, poderemos ter em poucos anos outra que ainda não existe que é a da dívida mobiliária.

Se o governo queira ou não optar por esse caminho, dado o cenário de quase total imobilismo para o ajuste fiscal em mais um ano eleitoral, a incerteza que deprime os novos investimentos seguirá seu curso por mais esse ano ou o próximo. Portanto, não há como descartar que o setor educacional também não será afetado negativamente por esse ambiente, por mais que acreditemos do contrário. Por hora, recebemos apenas um alívio pelas “boas” notícias.

Boas notícias que têm uma certa coerência com um governo que escolheu como *slogan* “Pátria Educadora”, o investimento em educação é atualmente uma condição sine qua non para a manutenção de futuras taxas de crescimento que sejam consistentes. E isso talvez seja um legado desse governo que será reconhecido apenas no futuro.

ACERVO

MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA

Este é um espaço criado com a intenção de recuperar, através de imagens, momentos importantes na trajetória da universidade. A iniciativa é fruto de uma parceria com Centro de Memória Universitária (CMU/FURB), destinado à preservação da história da universidade e ao tratamento da documentação produzida e recebida pela FURB. Você também pode participar! Se tiver fotos antigas da FURB, entre em contato conosco: sinsepes@furb.br

Manifestação em favor da FURB Federal - Prioridade Regional
Local: Bloco “A” - Campus I - FURB
Data: 10/08/2011
Doação do Fotógrafo: Léo Laps
Acervo: Centro de Memória Universitária-CMU/Arquivo da FURB

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! *Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!*

DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** Luiz Donizete Mafra (DAC), ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (CCT), ***Tesoureiro:*** Nazareno Schmoeller (CCSA), ***1º Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***Diretora de Cultura e Cuidados com a Saúde:*** Regiane Patricia de Souza Stuepp (DIC), ***Diretor de Imprensa e Comunicação:*** Carlos Alberto Silva da Silva, ***Diretora de Assuntos Jurídicos:*** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

INTERNAS

CURSO DE DIREITO DA FURB CONQUISTA PRÊMIO NACIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) concedeu o selo de qualidade OAB Recomenda ao curso de Direito da FURB. O prêmio foi concedido em solenidade realizada em Brasília em 13 de janeiro. Outros 139 cursos de todo o país também receberam o reconhecimento. O selo de qualidade é dado a cada três anos. A OAB Nacional usa como base de avaliação os índices de aprovação no Enade e no exame da Ordem, como forma de estimular a qualidade do ensino jurídico no país. Receberam o selo pela FURB, a vice diretora do Centro de Ciências Jurídicas, Kátia Ragnini Scherer e a coordenadora do curso da FURB, Tatiani Heckert Braatz. O diretor do centro, que não estava presente na solenidade, é Antônio Carlos Marchiori, advogado do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau (SINTRASEB).

ENCONTRO ESTADUAL DE ECONOMIA NA FURB

A FURB irá sediar o X Encontro de Economia Catarinense nos dias 12 e 13 de maio. Com o tema: Migrações Contemporâneas, o evento é dividido em áreas temáticas. Terá a apresentação de vários trabalhos e pesquisas produzidas nas diversas universidades e organizações de pesquisa do Estado de Santa Catarina. A programação deve ser divulgada em breve no site da Apec. A submissão de artigos pode ser feita até o dia 15 de março e a divulgação dos resultados sai em 01 de abril. Necessariamente para participar do Encontro e receber certificado, pelo menos um/a dos/as autores/as deverão fazer sua inscrição no local do evento ou pelo formulário que está disponível no site da Apec (www.apec.pro.br).

FUTURO DA FURB É TEMA DE FÓRUM ORGANIZADO PELO SINSEPES

O SINSEPES promove neste mês um fórum de debates com a comunidade acadêmica da FURB. O encontro terá como tema: Universidade: para onde vamos?, no auditório do Bloco J, dia 11 de fevereiro, a partir das 14h. O objetivo é despertar os servidores em busca de respostas para a situação da FURB e refletir sobre os novos rumos da universidade."O objetivo é contrapor algumas questões sobre o futuro que podem contribuir para uma visão no acompanhamento do planejamento estratégico da FURB", avalia o presidente do SINSEPES, Ralf Ehmke. O fórum de debates pretende discutir os desafios que se impõem à FURB. A participação é aberta a toda a comunidade, interna e externa. O evento é gratuito. O tema será pauta pela primeira vez de encontro promovido pelo SINSEPES.

SINSEPES PROMOVE ASSEMBLEIA DE CAMPANHA SALARIAL

O SINSEPES convida todos os seus servidores para a assembleia da campanha salarial. A primeira foi dia 3 de fevereiro, quarta-feira, e a próxima será dia 10, também quarta. Os encontros buscam promover a construção da pauta da campanha salarial 2016 do SINSEPES. As reuniões serão às 14h no auditório do Bloco J, com a coordenação do presidente Ralf Ehmke. O SINSEPES reforça a necessidade de todos os servidores participarem dos encontros e contribuírem na construção coletiva das suas reivindicações e luta por direitos. A intenção é discutir com a categoria a pauta de reivindicações a ser entrega à reitoria em seguida. Nas assembleias também serão eleitos os representantes da categoria que integram a Comissão Mista de Negociação. Participe! Fortaleça a categoria!

FOTO: LUIZ GUILHERME ANTONELLO

NATEL É CONVOCADO A IR AO LEGISLATIVO EXPLICAR AUMENTO DA MENSALIDADE

A nota publicada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da FURB contra o reajuste aplicado às mensalidades início deste ano motivou o vereador Jefferson Forest (PT) a convocar o reitor João Natel a comparecer à Câmara de Vereadores de Blumenau para explicar os motivos do aumento. O requerimento foi aprovado dia 2 de fevereiro em sessão no plenário. O executivo tem 30 dias para responder, podendo se justificar se prorrogado por mais 30 dias. O novo valor fixou em R$ 42,14 o crédito financeiro para o início de 2016 - um aumento de 12,49%. Para o DCE, o reajuste acima da inflação coloca novamente em risco a situação do acadêmico perante ao FIES. A votação que resultou no aumento ocorreu fim do passado, dia 10 de dezembro, quando o DCE obteve apenas 5 votos favoráveis ao aumento considerado ainda alto de 10,49%, tendo 27 votos contrários.

VOCÊ, SERVIDOR(A) DA FURB FILIADO(A) AO SINSEPES, JÁ RETIROU SUA AGENDA

MAGALI MOSER

Se você é servidor(a) filiado(a) tem direito a uma agenda ou caderno que pode ser retirado de segunda a sexta-feira, das 8h30min ao meio-dia e das 13h30min às 18h. A capa da agenda deste ano presta uma homenagem aos trabalhadores com uma pintura assinada pelo artista plástico blumenauense Telomar Florêncio. Os traços e o contraste de cores agradaram os servidores que já retiraram a agenda. Corra para pegar a sua! O SINSEPES aproveita para desejar a todos um excelente ano novo, com muita prosperidade e conquistas. Pela primeira vez, o SINSEPES promoveu um encontro de contraternização em dezembro para marcar o lançamento da agenda/2016, distribuída gratuitamente aos servidores associados.

ESTÁ MAIS CARO ALMOÇAR E JANTAR NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA FURB

Está em vigor desde janeiro o novo valor do almoço e jantar no Restaurante Universitário (RU) da FURB. A refeição para acadêmicos e funcionários da Universidade passou de R$ 5,40 para R$ 6,30. O novo valor tem como base o aumento expressivo do custo alimentar, em comparação ao início do contrato. Todos estes documentos foram analisados inicialmente pela Comissão Gestora e também pela Divisão de Administração de Materiais (DAM) e pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Conforme a presidente da Comissão Gestora, Bethania Hering, "analisamos as planilhas e conclui-se que para a manutenção contratual dentro do que está previsto na legislação e de acordo com os documentos apresentados, caberia ser concedido o reajuste para R$ 6,30, sugestão aprovada pela gestão superior", destacou. A Comissão Gestora é constituída por representantes da Procuradoria Geral da FURB, da Coplan, da DAC, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e do Curso de Nutrição que desenvolvem atividades de fiscalização do contrato com base na legislação vigente. O RU era um pedido antigo da comunidade acadêmica e foi concretizado em julho de 2014, quando a refeição custava R$ 5,00. Os cardápios são elaborados por uma nutricionista. A licitante deve oferecer diariamente uma refeição com três opções de carne, duas guarnições, dois tipos de arroz, feijão, quatro opções de salada, sobremesa e quatro opções de suco.

Valores: almoços e jantas custam R$ 6,30 para comunidade acadêmica
Quando: De segunda a sexta-feira das 11h às 13h40min e das 18h às 20h30min
Aos sábados das 11h às 13h40min

NOVOS OLHARES PARA A COMUNIDADE CORIPÓS

Estudante graduado na FURB ganha prêmio ao propor estudo sobre áreas de risco da localidade conhecida pelos deslizamentos em Blumenau a partir de adaptação rizomática

POR GUILHERME AUGUSTO LINHARES VENDRAMI

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela FURB no primeiro semestre de 2015, conquistou o 3º Prêmio Para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo de SC <guilherme.scon@gmail.com>

O rizoma é definido como o caule subterrâneo de algumas plantas e sua estruturação pode dar origem a múltiplos e variados ramos, formando uma organização espacial e estrutural espontânea. Relacioná-lo em um trabalho de Arquitetura e Urbanismo acabou sendo bem interessante para o desenvolvimento do mesmo, especialmente quando relacionado a comunidades, ocupações informais ou favelas. Como refere Paola Berenstein Jacques, a diferença entre a cidade formal (cidade planejada) e a ocupação informal das comunidades é o tipo da sua raiz estruturadora, uma totalmente fixa e outra aberta e cheia de potenciais de transformação. As ocupações informais surgem e são vistas pela sociedade como brotos intrusos que nascem no meio das calçadas ou vias públicas da cidade. Um broto dotado de beleza, cultura, diversidades, conhecimentos, formas, paixões, paisagens, censurado pela figura imposta pela cidade formal, uma negação ao diferente, tratado como indiferente.

> **“A ideia de “cidade ideal” contemporânea difunde-se pelo mundo, muitas vezes negando o seu espaço natural e a escala humana, reproduzindo cidades e tipologias de construção padronizadas.**

A comunidade Coripós, localizada na cidade de Blumenau, é um broto dos vários outros escondidos na cidade, escolhido para o meu trabalho de conclusão de curso. Antes das primeiras discussões com meu orientador, professor Guido Paulo Kaestner Neto, figura importantíssima para a materialização desse trabalho, eu procurava abordar os problemas decorrentes dos desastres naturais como as eventuais enchentes e deslizamentos na nossa região, para então dar início a um projeto de abrigos provisórios emergenciais. Partindo para um aprofundamento crítico teórico e encontros semanais de discussão, ampliamos essa visão para uma problemática ainda maior, as segregações socioespaciais, bem como a equivocada apropriação do homem com o espaço natural, sendo os maiores agentes causadores dos desastres socioambientais. Deslizamentos de terra e enchentes acontecem praticamente todos os anos em Blumenau, destruindo lares e muitas vezes até vidas. Muitos dos desastres acontecem com o crescimento desordenado, aliado à falta de planejamento urbano, que leva parte da população menos favorecida economicamente e sem condições de buscar no mercado imobiliário legal a sua opção de moradia a ocupar informalmente áreas irregulares e de preservação, geralmente bordas de rios e morros, construindo suas casas com as próprias mãos e sem nenhum auxílio técnico, formando um espaço sensível a deslizamentos de terra.

Após a Revolução Industrial, as cidades começaram a se desenvolver aceleradamente, então surgiu uma cristalização de um modelo de “cidade ideal”. O crescimento populacional intenso foi um fator decisivo para reformulações urbanas, sendo elas reformulações nas questões de saneamento, segurança e transporte, privilegiando territórios planos como áreas ideais para o desenvolvimento das cidades. A ideia de “cidade ideal” contemporânea difunde-se pelo mundo, muitas vezes negando o seu espaço natural e a escala humana, reproduzindo cidades e tipologias de construção padronizadas. Essas tipologias convencionais, quando em conflito com um território com dimensões geográficas diferentes, apresentando áreas montanhosas e conformadas por um rio, como no caso, Blumenau, são incapazes de se estabilizar. Surge a execução de aterros (cortes em morros) como forma equivocada de solução para a construção de casas e edifí-

cios em encostas, alterando o perfil natural do terreno e fragilizando toda a sua estrutura, gerando um novo problema, a negligente adaptação do homem com o meio. É preciso saber enxergar a cidade, aprender a se adaptar a ela, aprender a vê-la de outra forma. As tribos indígenas sabiam desse importante detalhe, observavam o território e tinham conhecimento das enchentes e o limite do leito secundário do Rio Itajaí-Açu, assim evitavam viver próximos desse limite, ou seja, existia uma capacidade de adaptação inteligente no território. Já os colonos possuíam a habilidade técnica de construir um modelo europeu e plano de construção, negando a primeira observação do território, desmatando e construindo em áreas suscetíveis a risco. Hoje, quase é inexistente uma arquitetura que se adapte ao local sem interferir no natural, infelizmente estamos presos a um padrão fracassado de construção.

Aproximando meu conhecimento sobre arquitetura e urbanismo, chegamos à comunidade Coripós dispostos a ouvir, enxergar e saber ver o local. Ouvindo os moradores, encontramos problemáticas; enxergando o território percebemos o grande potencial e sentimos suas energias; e vendo o local, traçamos estratégias para resolver parte dos problemas atuais. O arquiteto aqui não tem papel de autor das ideias e conclusões, e sim uma participação junto da capacidade de autogestão que a comunidade pode oferecer, essencial para um projeto se tornar possível. A minha forma de contribuição a comunidade, com esse trabalho, foi iniciar um centro comunitário, um lugar onde várias coisas acontecem, um grande espaço de encontro e descobertas. Onde um caminhar por entre os blocos possa gerar surpresas, emoções e vontade de aprender algo novo, um novo olhar. O centro é inserido em uma área declivosa na comunidade, porém preservada, concebido com praças para manifestações artísticas e culturais, e módulos arquitetônicos com variados usos, sendo eles uma associação de moradores e administração do local; salas de capacitação profissional; biblioteca; midiateca; salas de música e teatro; ateliê e uma oficina de construção que prepara e ensina os moradores o mesmo tipo de construção adotada no projeto. Esses módulos são uma tipologia alternativa de construção, que diferente dos modos convencionais que encontramos hoje, passa a ser uma construção limpa, leve e que não interfere no aspecto natural do local, mantendo o máximo de área preservada.

Estudamos um sistema modular estrutural metálico, cada módulo possui 5x5m e é sustentado por um único pilar apoiado em uma sapata de concreto, o mesmo é o único elemento que toca o solo, mantendo o módulo erguido do chão, sem ser necessário o corte do morro, ao mesmo tempo preservando o perfil natural do terreno. O módulo permite variadas possibilidades de composição de espaços e usos. Uma solução simples com materiais locais, ou seja, a comunidade adquire capacitação sobre uma nova forma de construção, coerente com o lugar. Também pesquisamos técnicas alternativas de contenção de terra, eliminando as técnicas convencionais de contenção de muros de arrimo, por uma solução mais eficaz e sustentável. É o caso do capim vetiver, uma gramínea que plantada em encostas fortalece o solo e impede o desbarrancamento. Isso ocorre porque sua trama de raízes pode chegar a 5 metros de profundidade.

Essas são algumas das ideias sugeridas para uma Coripós mais segura e adaptada às condições naturais, porém, cabe às pessoas, seja qual for sua profissão, manifestarem-se por uma vitalização de seus espaços, tornando-os mais instigantes e contagiantes. Lugares onde todos evoluam em conjunto, com participação e resiliência por um lugar melhor. Dou um enorme destaque para a imensa satisfação e aprendizado que absorvemos nos envolvendo, participando e nos educando com a comunidade. Ela tem muito a nos ensinar, e é a partir desse elo comunitário que podemos iniciar uma sociedade com um novo olhar, mais crítico e acima de tudo consciente, sobre o nosso espaço.

FOTO: ARQUIVO

A HISTÓRIA ACABOU?

Reflexões sobre o futuro da esquerda no século XXI

POR LEONARDO BRANDÃO

Professor Doutor de História Contemporânea do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB. É coordenador do projeto de História no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, PIBID/Capes, e também coordenador do Laboratório de Estudos Contemporâneos – LEC. <brandaoleonardo@uol.com.br>

Há um mal-estar crescente na contemporaneidade. A queda do muro de Berlim em 1989, somado ao colapso do socialismo no Leste Europeu e na própria URSS foram eventos que, ao mesmo tempo que prometeram um novo mundo, mais dinâmico e integrado, desarticularam o campo da esquerda e promoveram um esfriamento das utopias socialistas. Tais fatos levaram a tese do "Fim da História", proposta pelo economista nipo-estadunidense Francis Fukuyama em livro publicado no ano de 1992. Para esse autor, estaria nesses acontecimentos a "vitória" da democracia liberal capitalista sobre os regimes comunistas então existentes.

Passadas mais de duas décadas dessa suposta vitória, a realidade mundial é distópica e pouco convidativa para cada vez mais amplas camadas da sociedade. Pois o que esperar dessa conjuntura em que, como pontuou recentemente um estudo do *World Institute for Development Economics Research,* os 10% mais ricos passaram a responder por 85% da riqueza do mundo?

No século XVIII, Adam Smith já dizia que para a existência de um homem muito rico era preciso a existência de pelo menos quinhentos pobres. Tal realidade, que se acreditava superada com os avanços da social-democracia, voltou a se fazer presente neste início de século. Segundo dados divulgados pela historiadora portuguesa Raquel Varela, se em 1945 a diferença na Europa "entre um rico e um pobre era de 1 para 12, em 1980, subiu de 1 para 82. E hoje é de 1 para 530" (Revista Carta Capital, n. 879, 2015). Voltamos a conviver, em diversos países, com um patamar de desigualdade social tão alarmante como era à época das revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX.

> **"A emergência da cultura do imediatismo, do narcisismo e do consumismo – advinda do neoliberalismo – acabou por confrontar o ideário socialista, o que trouxe graves conseqüências para a propagação de ideologias centradas em projetos coletivistas.**

No entanto, e não obstante a isso, um retorno ao tipo de socialismo experimentado no século XX mostra-se cada vez mais distante e de difícil realização. Embora seja importante lembrarmos a resistência de países como Cuba ou Coréia do Norte, os quais apresentam sucessos em quesitos como saúde e educação popular, a emergência da cultura do imediatismo, do narcisismo e do consumismo – advinda do neoliberalismo – acabou por confrontar o ideário socialista, o que trouxe graves consequências para a propagação de ideologias centradas em projetos coletivistas.

Talvez por isso, mesmo para autores declaradamente marxistas, como o historiador Eric Hobsbawm, o futuro pertence "às economias mistas, onde público e privado convivem de uma maneira ou de outra". Nas palavras desse autor, o socialismo tal como foi realizado na antiga URSS e nas demais economias de planejamento central, "teoricamente sem mercado e de propriedade e controle estatais, morreu e não ressuscitará" (HOBSBAWM, 2011, p.17).

Como fazer frente a essa situação? Uma possível solução para o problema seria o de buscar diminuir o fosso que separa os demasiadamente ricos dos exageradamente pobres, pois já ficou provado que o enriquecimento dos ricos não promove, por si só, a melhoria das condições de vida do restante da população. Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, "a riqueza acumulada no topo da sociedade, ostensivamente, não obteve qualquer efeito de gotejamento; nem tornou qualquer um de nós, em qualquer medida, mais rico" (BAUMAN, 2015, p. 13).

Nesse sentido, caberia aos socialistas do século XXI a luta por criar programas de redistribuição de renda como políticas sociais permanentes, incluindo aí a tributação das grandes fortunas e o imposto sobre herança. Numa época em que as identidades de classe perdem protagonismo e países desenvolvidos "tornam-se, em grande parte, sociedades pós-industriais, concentrando-se progressivamente em novos segmentos de tecnologia avançada e alta lucratividade, bem como em centros financeiros" (VISENTINI, 2015, p. 8), o pensamento de esquerda apresenta outras modulações e novos desafios.

Como escreveu recentemente o cientista político Emir Sader (2016), a esquerda é uma categoria histórica que varia conforme as condições concretas de luta. E na atual conjuntura, marcada pela hegemonia do neoliberalismo, pelas teses do livre mercado e pela centralidade da noção de competição na vida social, ser de esquerda implica buscar alternativas a esse cenário. A esquerda atual é, antes de tudo, desafiada pela possibilidade de superar o modelo neoliberal, o que faz o socialismo do século XXI ser, acima de tudo, antineoliberal.

O desafio que se abre para este século, portanto, estaria em fazer dialogar a concorrência privada – alma do liberalismo – com a necessidade de justiça social e programas de redistribuição de renda cada vez mais eficazes. O problema, construído no decorrer do século passado, reside na contradição que se deu entre socialismo e capitalismo! Se de um lado o capitalismo foi capaz de produzir muita riqueza, ele não soube distribuí-la como fez o socialismo nos países onde se instalou. Por isso, talvez seja possível argumentar que o socialismo perdeu, mas o capitalismo não venceu.

A hegemonia do capitalismo liberal sobre o socialismo não significa o fim da história, pois, entre outros motivos, a alta concentração de renda no topo da pirâmide – e as consequências sociais que isso gerou – não podem ser festejados. Neste contexto, uma refundação da esquerda "que não teme dizer seu nome", como provoca o filósofo Vladimir Satafle (2013), passa por questões que não devem ser negociáveis, como os ideais de justiça social e de soberania popular. Viabilizar e perseguir tais propostas são tarefas urgentes das forças progressistas, as quais não podem se acovardar mediante o avanço das forças da direita – as quais, diga-se de passagem, estão cada vez mais organizadas.

Como mencionado no início deste texto, a hegemonia do capitalismo no final do século XX trouxe como uma de suas consequências o aumento da distância entre os que estão na base, daqueles que se acomodaram no topo da pirâmide social. Fazer descer o teto para mais perto do chão não é nenhuma questão de doutrinação ideológica, como propagam e denunciam atualmente os neoconservadores, mas sim uma questão de justiça social e de bem-viver coletivo.

O século XXI está apenas no começo e a história, longe de ter acabado, tem seu destino sempre em aberto, sendo ela própria um campo em disputa. A esquerda do século XXI deve buscar seu lugar nas lutas possíveis, nos espaços de resistência e nas alternativas que um projeto antineoliberal pode apresentar.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. A riqueza de poucos beneficia todos nós? Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBSBAWM, Eric. Como mudar o mundo: Marx e o marxismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SADER, Emir. A esquerda do século 21 é antineoliberal. In: https://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/211809/A-esquerda-do-s%C3%A9culo-21-%C3%A9-antineoliberal.htm, acesso em 02/01/2016.

SAFATLE, Vladimir. A esquerda que não teme dizer seu nome. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O caótico século XXI. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO – O QUE É, COMO SE FAZ?*

Preconceito linguístico é mais uma das formas de preconceitos sociais que podemos combater, todos os dias

POR MARTHA REGINA MAAS

Mestranda em Educação pela FURB <martharmaas@gmail.com>

Para começo de conversa, precisamos entrar em um acordo: falar uma língua não é apenas uma atitude de expressão de simples palavras, mas diz respeito àquilo que somos e à nossa forma de se manifestar no mundo.

Assim, quando menosprezamos o modo de alguém falar, não estamos simplesmente corrigindo um "erro" qualquer, mas tomando uma posição contrária à maneira de ser e de viver daquela pessoa e de sua família, comunidade, região...

Em meio a tempos de fácil acesso à informação e, principalmente, de fácil expressão de opinião nas redes sociais, acabamos por ouvir e ler diversas críticas em relação ao modo de escrever das pessoas. Muitas vezes, dessa forma, acabamos por não refletir entre as diferenças entre linguagem oral e escrita, bem como entre situações mais ou menos formais de interação.

Uma das primeiras lições que qualquer acadêmico de Letras, logo ao ingressar no curso, aprende é: o certo e o errado não existem – é tudo questão de adequação e inadequação às situações. Assim, a ideia de que entramos na faculdade para aprender e, consequentemente, julgar ou rotular ou corrigir as pessoas cai por terra logo no início de nossa caminhada científica.

Quem nunca ouviu frases como "que jeito de falar mais estranho!" ou "isso tá errado" ou "o certo seria assim...". A questão é que as línguas só existem porque são faladas, utilizadas e, consequentemente, modificadas, todos os dias, pelas pessoas que dela fazem uso. Assim, falar diferente daquilo que eu estou acostumado ou não exatamente de acordo com a gramática normativa não é errado, é uma outra forma de dizer.

> **"Falar diferente daquilo que eu estou acostumado ou não exatamente de acordo com a gramática normativa não é errado, é uma outra forma de dizer (...) Afinal, o que seria de nós sem os diferentes sotaques e entonações com as quais convivemos todos os dias?**

Diversas pesquisas científicas apresentam que o jeito "certo" de falar está associado à status econômico. Assim, não tem a ver com o que seria realmente bom ou ruim, mas o modo de falar de quem detém o dinheiro e, consequentemente, o poder.

Nosso país é imenso e, em algumas situações, nos orgulhamos de sermos assim plurais, formados por uma grande quantidade de etnias e culturas. Porém, em muitas situações, discursos de ódio e de preconceito circulam: contra a migração de pessoas em busca de melhores oportunidades e contra o modo de viver de uma determinada região ou de outra.

A "síndrome do vira-lata" brasileira, que acontece quando nos inferiorizamos em relação a outros países e povos, também acontece em relação à língua: já somos independentes de Portugal há muito tempo, mas ainda insistimos copiar o jeito deles falarem. A língua muda, todos os dias, em todos os momentos que a utilizamos, não há como controlar transformações naturais. A escola e as gramáticas tentam fazer isso e, assim, acabamos artificializando e complicando um processo que acontece, independente de nossa concordância ou não.

Os diferentes contextos gerarão diferentes formas de falar e de se expressar. Assim, eleger uma forma como modelo ou como melhor que outra significa excluir a diversidade de possibilidades existentes.

Tanta crítica é feita em relação à educação em nosso país e uma polêmica se desencadeou há alguns anos, em 2011, quando o MEC aprovou a utilização de livros, para a educação de jovens e adultos, que continham variedades linguísticas do português enquanto um conteúdo a ser refletido e analisado. A imensidão de críticas feitas a essa atitude podem refletir um pouco daquilo que somos e pensamos: intolerantes e preconceituosos. Uma das principais atitudes que poderiam levar à melhoria de nossa educação seria a valorização daquilo que os alunos já sabem e de suas culturas. E, para preenchermos esse vazio existente entre aquilo que a escola quer ensinar e aquilo que os alunos vivem em suas realidades, poderíamos partir do conhecimento que eles trazem para chegarmos aos conhecimentos valorizados socialmente.

O preconceito linguístico, então, é mais uma das formas de preconceitos sociais que podemos combater, todos os dias, com atitudes de recepção e compreensão da diversidade na qual estamos inserid@s! Afinal, o que seria de nós sem os diferentes sotaques e entonações com as quais convivemos todos os dias?

*Título referente a uma obra do autor Marcos Bagno (2015)

GOTEIRAS EXPOSTAS ALERTAM PARA PRECARIEDADE DE LABORATÓRIO DA FURB

Situação mais delicada é a do Biotério do Campus 3 da instituição, onde a falta de manutenção adequada coloca em risco os resultados das pesquisas sobre o comportamento dos animais

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

FOTOS: MAGALI MOSER

A quantidade de baldes espalhados pelo chão para conter a água das goteiras impressiona. No Biotério do Campus 3 da FURB, é preciso improvisar diante da falta de manutenção e precarização do espaço. O excesso de água ocasionado pelos dias de chuva e tempestades de verão já destruiu móveis, além de expor o problema da deterioração do patrimônio. A principal preocupação está relacionada aos resultados dos experimentos feitos no local. Pesquisadores temem que as condições afetem os experimentos.

Desde setembro como voluntária de pesquisa no local, Ana Carolina de Souza Marcondes Reuter, de 20 anos, se revolta. A aluna do 5º semestre de Biomedicina lamenta as variáveis como a chuva interferindo na pesquisa e no comportamento dos animais. "Os animais ficam estressados com a situação. Pode alterar o resultado do experimento", alerta. "Como avaliar a ansiedade, o comportamento dos animais, com tantas variáveis? A gente está brincando de fazer experimento. É como se não fosse algo sério", lamenta a aluna.

O professor George Ernesto da Silva, do Departamento de Ciências Farmacêuticas do Centro de Ciências da Saúde, esclarece que, como se trata de um experimento relacionado ao comportamento, todas as variáveis podem alterar o resultado.

Segundo a aluna, este não é o único laboratório em precárias condições na FURB, mas é o pior. "Como não é o campus principal, a gente sente que o laboratório aqui está esquecido. A gente sente que paga por algo (no caso, as mensalidades) e não tem o retorno disso em equipamentos e infraestrutura, é como se para a universidade não fosse nada. A condição mínima para fazer este tipo de pesquisa é não chover na cabeça dos animais", desabafa a estudante.

Um dos impactos já se reflete no desperdício de oportunidades. O professor Silva chegou a receber um convite do Centro National Institute on Drug Abuse, de Baltimore, nos Estados Unidos, uma referência mundial no assunto, para testar drogas no laboratório. Mas a situação precária do espaço físico o intimidou no avanço das negociações. O projeto era testar em conjunto algumas substâncias em laboratório.

"Como vou ter coragem de testar a droga neste laboratório? O problema aqui é a falta de condições mínimas de estrutura. Num laboratório de avaliação comportamental, não posso ter esse tipo de alteração, como a chuva, porque influencia", reconhece.

O professor tem planos de fazer seu pós doutoramento na instituição estrangeira ainda este ano.

“Como avaliar a ansiedade, o comportamento dos animais, com tantas variáveis? A gente está brincando de fazer experimento. É como se não fosse algo sério para a universidade(...) Como não é o campus principal, a gente sente que o laboratório aqui está esquecido. A condição mínima para fazer este tipo de pesquisa é não chover na cabeça dos animais.”

A POSIÇÃO DA REITORIA DA FURB

O vice-reitor e pró-reitor de Administração, Udo Schroeder, respondeu ao SINSEPES com a mensagem em seguida: *“Após consulta a Divisão de Administração do Campus (DAC) e Direção do Centro de Ciências da Saúde (CCS), são do conhecimento da gestão superior e setorial os problemas no telhado do Campus 3. Por se tratar de uma construção antiga, a análise técnica da chefia da DAC conclui pela troca de toda a cobertura, inclusive da estrutura. Reparos eventuais são realizados rotineiramente, mas não têm resolvido o problema por completo. Neste ano, estão programadas as trocas dos telhados do Campus 3 e parte da Biblioteca Central, que serão feitos após a conclusão do telhado do Bloco G, do Campus 2 (Laboratório de Computação Científica). O término do Biotério Central no Campus 5 é uma meta para 2016, no planejamento estratégico, bem como ultimar projetos para a construção de bloco didático e de laboratórios, visando a transferência dos laboratórios do Curso de Farmácia, para o Campus 5. Não temos conhecimento, DAC e Direção do CCS, de outros pedidos de melhoria dos laboratórios do Campus 3”.*

PROFESSORA ALERTA PARA RISCO DE INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO NO ESPAÇO

A auxiliar de laboratório Ester Del Prá Busarello testemunha a degradação do Biotério do Campus 3 todos os dias. Cansada de buscar soluções para o problema, ela apelou para medidas paliativas para amenizar os impactos das chuvas fim do ano passado. Fez um buraco na parede e passou silicone no chão para conter a água causada pelas chuvas. Antes disso, por pouco não foi vítima de um acidente, quando um pedaço do teto caiu sobre o seu notebook. Ester diz já ter levado o reitor da FURB, professor João Natel, para conhecer o problema quando ele ainda era candidato, na última eleição. “Aqui se faz uma economia à base da porcaria. Isto é não valorizar a estrutura da FURB”, lamenta.

Para a professora e coordenadora do curso de Farmácia da FURB, Nevoni Dami, é urgente que se tomem medidas no sentido de resolver definitivamente o problema para que o patrimônio público possa ser mantido em condições de uso. Se medidas nesse sentido não forem feitas a curto espaço de tempo, a professora acredita que podemos vir a ter de interromper atividades de ensino no espaço ou até consequências mais sérias para o patrimônio.

“As condições desse laboratório são problemáticas e estão sendo proteladas há tempos (...) A situação chegou a esse ponto pelo famoso ‘empurrar para frente uma despesa com manutenção’ isso possui custo (talvez) maior, porém menor visibilidade”, acredita.

O impacto para a pesquisa com animais, especialmente pesquisa de comportamento, é desastroso e compromente seriamente os resultados, avalia a professora. Eles dificultam ou até inviabilizam a publicação dos resultados, além de não dar condições reais para a atividade.

A estudante Ana Paula Zimmermann, está na última fase do curso de Farmácia e também lamenta a situação. “A gente percebe que a situação é bem crítica. É muito importante que os animais estejam num local ‘habitável’. Ali, é goteiras para todos os lados. Por mais que a gente tenha uma quantidade enorme de baldes no chão, ainda assim cai muita água por toda aquela área tanto no biotério quanto no Laboratório de Farmacologia, do campus 3”, avalia.

O RIO DOCE AMARGA UMA TRAGÉDIA SEM PRECEDENTES, O QUE RESTARÁ?

Crime ambiental em Mariana entra para a história como o maior desastre ambiental do país e completa três meses sem punições: houve negligência com a segurança das barragens

POR LUÍS OLÍMPIO MENTA GIASSON

Doutor em Ciências Biológicas e professor do Departamento de Biologia da FURB < lgiasson@furb.br>

A tragédia que sucedeu o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., em novembro do ano passado no município de Mariana (MG), suscita pesares, perplexidade e reflexões. A ampla cobertura da imprensa tem trazido detalhes dramáticos do crime ambiental, alguns deles reproduzidos aqui para dar uma dimensão da catástrofe. O rompimento da barragem Fundão ocorreu dia 5 de novembro, os rejeitos lamacentos ali armazenados escoaram pelo Riacho Santarém, destruindo a comunidade de Bento Rodrigues antes de atingirem o Rio Gualaxo do Norte. Na sequência, a lama atinge o Rio do Carmo por um trecho de 22km antes de chegar ao Rio Doce.

A assustadora onda de lama arruinou as comunidades próximas aos rios, avançou sobre casas, praças, vitimou pessoas, soterrou animais domésticos, também afetou áreas de proteção permanente (APPs), já escassas na região, vitimou animais silvestres e destruiu os ecossistemas aquáticos por onde passou. Após percorrer cerca de 700km, a lama chega a foz do Rio Doce em 22 de novembro, e tinge em tom marrom o litoral capixaba no município de Linhares. Configura-se o maior desastre ambiental ocorrido nos últimos tempos, uma catástrofe ambiental segundo a Ministra de Meio Ambiente, Isabella Teixeira, em entrevista ao Portal Brasil em 11 de novembro.

Em um laudo técnico do IBAMA, cujos dados foram divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo, em 01 de dezembro, foram estimados em 34 milhões de metros cúbicos de lama escoando para a bacia do Rio Doce. Para se ter uma ideia, se essa lama toda passasse pelo Itajaí-Açu, considerando a vazão média do rio (228 metros cúbicos por segundo), seriam necessários quase dois dias (cerca de 40hs) para escoar todo o seu volume.

> **“Foram estimados em 34 milhões de metros cúbicos de lama escoando para a bacia do Rio Doce. Para se ter uma ideia, se essa lama toda passasse pelo Itajaí-Açu, considerando a vazão média do rio (228 metros cúbicos por segundo), seriam necessários quase dois dias (cerca de 40hs) para escoar todo o seu volume.**

Há farta exposição de imagens nos meios de comunicação ilustrando cenários apocalípticos por onde a onda de lama passou. Além dos impactos diretos da onda de lama extravasada do leito dos rios, a qualidade da água com a carga de rejeitos também é comprometida, não é viável tratá-la para o consumo humano. Muitas cidades ao longo do Rio Doce vem sofrendo com desabastecimento de água. A elevadíssima densidade de partículas em suspenção na água também asfixia organismos aquáticos, pois recobre as brânquias impedindo as trocas gasosas. O efeito é a mortandade massiva de peixes por onde a lama passa.

O que ocorreu não foi um evento natural ou um acidente imprevisível, não há dúvidas de que existem culpados nesta tragédia, é sim um crime, houve negligência com a segurança das barragens. Os efeitos do rompimento da barragem estão claramente tipificados na Lei de Crimes Ambientais (9.605, de 1998): tornar área imprópria para a ocupação humana, interrupção no fornecimento de água a cidades, lançamento de resíduos em rios e lançamento de efluentes danosos à biodiversidade. É uma catástrofe antropogênica cujos culpados são a Samarco e suas controladoras Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.

As empresas e seus acionistas usufruem da alta rentabilidade de suas atividades, apesar disso não investiram o suficiente na segurança das represas. O IBAMA aplicou multa de R$ 250 milhões, correspondente ao valor máximo para cada um dos cinco autos de infrações previstos na Lei de Crimes Ambientais. Esse valor representa menos de 9% do lucro líquido obtido pela mineradora, que foi de 2,8 bilhões de reais em 2014, segundo Valor Econômico, 06 de novembro. O que pode ser insuficiente como instrumento punitivo que leve a mudança de

procedimentos de segurança da mineradora. Para se ter uma ideia, a mineradora Samarco, considerada por especialistas em impactos ao meio ambiente e do setor minerário como "exemplo na gestão ambiental" de suas atividades, registrou em 19 anos, 23 autuações apenas em Mariana, apesar de a fiscalização ser tida como frágil, a notícia é do jornal Estado de Minas, 18 de novembro, por Mateus Parreiras. Ou seja, o crime ambiental compensa!!!

Também uma multa pouco expressiva é mau exemplo para as demais empresas que gerenciam as 663 barragens de contenção de rejeitos de mineração e 295 barragens de resíduos industriais, notícia da Agência Brasil em 25 de novembro. Só em 2008, houve 77 rompimentos de barragens no país, embora a maioria dos casos tenha ganhado pouca repercussão, segundo o Eng. Ricardo Oliveira citado pela Agência Brasil em 25 de novembro. Um caso bastante noticiado foi o rompimento de uma barragem com rejeitos da mineradora Rio Pomba Cataguases, em janeiro de 2007, que inundou as cidades de Miraí e Muriaé com mais de 2 milhões de litros de lama de bauxita. Outro exemplo de que as autuações para os crimes ambientais não têm tido o efeito desejado nesses casos, ou seja, não houve um aumento na segurança das barragens. Essa situação é mais dramática se considerarmos os efeitos das mudanças climáticas, com a previsão de intensas enxurradas em barragens feitas apenas de terra compactada.

A reportagem do jornal O Dia, em 28 de novembro, aponta uma possível consequência positiva da catástrofe em Mariana, o enrijecimento de normas de segurança tratadas no novo Código de Mineração em discussão na Câmara desde 2013, que dentre outras deverá tornar obrigatória a apresentação pelas mineradoras de plano de evacuação e de contingenciamento de barragens para o caso de acidentes. Nesse sentido, o governo federal se antecipa e pretende entrar com ação civil pública contra a Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP, para que a Justiça determine a criação de um fundo de R$ 20 bilhões, a ser contingenciado e aplicado em longo prazo para ações de recuperação e monitoramento ambiental nas áreas afetadas.

Por fim, restam alguns alentos, apesar das perdas de vidas humanas e danos irreparáveis, com o tempo, mais lentamente em alguns ecossistemas e mais prontamente em outros, a vida começará a recuperar seus espaços. Ao longo de milhões de anos os organismos têm sido selecionados evolutivamente por fortes eventos catastróficos de origem natural, o que os habilitou também a sobrepujar as catástrofes antropogênicas. Inicialmente as espécies mais tolerantes a intensa perturbação ambiental recolonizarão as áreas atingidas pela lama, mais rapidamente no ambiente aquático devido à intensa dinâmica desse ecossistema. Assim que a lama diluir o suficiente o fitoplâncton, invertebrados aquáticos e suas larvas, peixes e alevinos carreados pelos afluentes do Rio Doce, não atingidos pelo *tsunami* de lama, repovoarão a bacia principal. Com tempo suficiente as comunidades de peixe restabelecerão sua diversidade.

Contando com alguma ajuda de programas de recuperação de áreas degradadas, mas principalmente com os mecanismos naturais de sucessão ecológica, as plantas pioneiras irão recobrir o que restar da lama e estabelecerão condições para que plantas de estágios sucessionais mais avançados se estabeleçam também. É difícil precisar um tempo para esses processos, mas não adianta ter pressa, é importante deixar a natureza e seus mecanismos agirem a seu tempo, pois ela é perseverante e eficiente. A história está repleta de exemplos de catástrofes naturais, violentas erupções vulcânicas, furacões e *tsunamis* cujas áreas impactadas atualmente estão recompostas ou em processo avançado de regeneração biológica. Mas é preciso ser paciente e dar espaço para que os processos naturais se desenvolvam.

MUDANÇAS NO TRANSPORTE PÚBLICO DE BLUMENAU

Início do ano é marcado por profundas alterações no transporte coletivo da cidade, após rompimento do contrato com o Consórcio SIGA e reajuste que elevou a tarifa para R$ 3,65

A precarização do transporte coletivo em Blumenau levou usuários para as ruas no início deste ano. Dia 21 de janeiro, um ato popular com concentração na prefeitura percorreu as ruas centrais e reuniu em torno de 150 pessoas. Com faixas, cartazes e palavras de ordem, a pauta consistia no protesto contra aumento da tarifa e na defesa da municipalização do transporte como meio de resolução da crise. Além de protestar contra o aumento de R$ 3,30 para R$ 3,65, decretado em 11 de janeiro, o grupo se mostrou favorável aos 1,3 mil trabalhadores do sistema, sem receber salário. Em 23 de janeiro o prefeito Napoleão Bernardes anunciou em coletiva de imprensa o rompimento do contrato com o Consórcio SIGA. Com a decisão, os ônibus não circularam por uma semana, deixando a população totalmente desassistida. O Aumento Não! organizou o protesto contra o aumento da passagem. É um grupo formado por representantes de movimentos sociais, entidades civis e população em geral, no Facebook.

CARTA AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO DE BLUMENAU

Mesmo quem não utiliza o transporte coletivo com frequência na cidade conhece ou tem noção da real situação em que se encontra. A escassez de veículos prejudica diretamente os horários, que ficam reduzidos devido a frota disponível. Com isso, aumenta o número de passageiros em um mesmo ônibus, e a soma dos fatores como superlotação, calor, trânsito etc, demanda paciência para os usuários, que acabam muitas vezes sendo pegos de surpresa e se atrasando para o trabalho e tendo que explicar ao chefe algo que nem nós mesmos sabemos explicar.

Outro fator que tem agravado a situação é a falta de pagamento dos salários e benefícios natalinos aos trabalhadores do transporte. Sem dinheiro para o sustento de suas famílias, exercem o legítimo direito a greve. Como podemos observar no ano passado quando, em vários momentos a população foi surpreendida pela falta de transporte para se locomover para o trabalho e mais uma vez precisou dar satisfação ao patrão sem ter culpa.

Você já se perguntou como seria o trânsito de Blumenau se tivéssemos um transporte coletivo de qualidade, onde não fosse necessário tirar o carro da garagem? As pessoas se locomoveriam mais de ônibus, diminuindo o fluxo de carros. Desenvolvimento não significa ter mais carros nas ruas.

Defendemos um transporte de fato público. Percebemos que a única solução possível para a atual crise do sistema é a municipalização. Com isso, o transporte seria administrado por uma empresa municipal e que fornecesse acesso e transparência para a população. Um transporte coletivo que não vise o lucro para empresários e sim qualidade para os usuários visto que transporte se trata de um direito social, previsto em constituição. Sendo assim, o subsídio público que vem através dos nossos impostos não pararia mais nas mãos dos tais empresários que pelo que já percebemos, pouco se importam com a população, nos deixam sem transporte e seus funcionários sem salário.

Nosso ato é também contra o aumento, pois percebemos que a qualidade não contempla o valor que pagamos. Sobretudo nosso ato é por qualidade, para que não paremos mais no caminho, para que cheguemos no horário, que tenhamos mais conforto e segurança em nossas viagens e acreditamos que essa pauta seja também de todos os trabalhadores blumenauenses.

Vamos juntos!

Organização Pró Ato Aumento Não!

FOTO: JAIME BATISTA

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DOS DESASTRES EM BLUMENAU

A vulnerabilidade da população ao risco de desastres em Blumenau guarda profunda relação com os processos do modelo de desenvolvimento da região

POR MARIA ROSELI ROSSI AVILA

Assistente Social e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR/FURB
<mariaroselirossiavila@yahoo.com.br>

FOTOS: MAGALI MOSER

Foram 92 cheias de 1850 até 2015. Em 2008 enfrentamos uma tragédia sem precedentes na história da região. Apesar da experiência adquirida e dos avanços na área, nossa atuação ainda tem mais predominância no âmbito da gestão dos desastres do que na gestão de risco de desastres, como preconiza a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (2012). Esta é uma das conclusões de nossa pesquisa realizada no âmbito do mestrado em Desenvolvimento Regional no PPGDR/FURB no biênio 2014/2015.

A vulnerabilidade da população ao risco de desastres em Blumenau guarda profunda relação com os processos do modelo de desenvolvimento da região. A ocupação do território e a forma de utilização dos recursos exauriu a capacidade assimilativa regenerativa da natureza criando o ambiente propício para o desastre. Blumenau foi construída no leito secundário do Rio Itajaí-Açu. A cidade desenvolveu-se e com a industrialização e a urbanização surgiu a verticalização, opção de moradia para a parcela rica da cidade. À população pobre restaram as áreas de ocupação irregular e de risco do município. Conforme dados do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (2012) são 55 as áreas, denominadas de assentamentos precários, existentes em Blumenau, a maioria em áreas de alta suscetibilidade a desastres.

Segundo dados do último Censo do IBGE (2014), a estimativa populacional de Blumenau é de 334 mil habitantes num território de 519,8 km². Estudos recentes da Secretaria de Geologia (Carta de Suscetibilidade IPT/CPRM, 2014) apontam que 50,1% do território do município têm alta suscetibilidade a desastres, 8,2% é de média suscetibilidade e 41,7% de baixa suscetibilidade. Na área urbanizada, em zona de alta suscetibilidade, residem 38.538 pessoas, na zona de média suscetibilidade, 41.068 pessoas e na área de baixa suscetibilidade, 215.166 (a estimativa populacional foi baseada no Censo do IBGE de 2010). Um panorama gravíssimo e do qual grande parte da população não tem sequer conhecimento.

O que leva a população a ocupar essas áreas é um problema estrutural bem mais fundo e amplo do que a falta de moradia. A ocupação acaba se tornando em uma estratégia de sobrevivência diante da lógica capitalista vigente. Os sujeitos da pesquisa relataram dificuldades para acessar programas habitacionais governamentais e na opinião dos técnicos, gestores e especialistas, o muni-

cípio não oferece alternativa de moradia para os pobres e os obriga a ocuparem áreas de alto risco e vulnerabilidade. Por isso, a política habitacional e de planejamento urbano devem ser incorporadas à gestão de risco dos desastres. O planejamento urbano se mostrou como prioridade central para repensar a cidade a partir de uma nova ótica: como lugares de socialização e convívio dos cidadãos considerando-se seus aspectos sociais, culturais, políticos, ambientais e territoriais e não apenas o econômico.

A PERCEPÇÃO DO RISCO E VULNERABILIDADE

Resultados da pesquisa apontam que alguns moradores de uma comunidade da região Sul, fortemente atingida pelo desastre de 2008, consideram os lugares onde vivem seguros e suas moradias bem estruturadas. Têm consciência do perigo e conhecimento do risco de acordo com suas percepções pessoais e cognitivas (citaram áreas de risco, áreas de cor vermelha, preta, áreas de alto risco, de risco "perigoso"). Mas, de alguma forma, alguns o minimizam, não o consideram, subestimam, toleram ou por não terem outra opção são obrigados a conviver com ele. E isso os coloca em condição de vulnerabilidade. E quanto maior a vulnerabilidade da população, menor o poder assimilativo do impacto sofrido e maiores as dificuldades de enfrentamento da situação.

Quanto à organização comunitária e aprendizado social, os moradores da comunidade estão preocupados com a situação da localidade onde vivem. No pós-desastre, realizaram ações, as quais consideram preventivas. No entanto, constatou-se que não há interação entre as ações dos moradores e a gestão municipal, a quem compete a responsabilidade de organizar ações de prevenção e gestão do risco no município.

INFORMAÇÃO TÉCNICA... SOMENTE PARA TÉCNICOS?

O sistema de informação já funciona no município (ALERTABLU). A Secretaria de Geologia produz conhecimento técnico e científico, a universidade também. No entanto, a informação nem sempre se transforma em ação (política pública) e não chega à comunidade como deveria – numa linguagem simples, direta, clara. E quando chega a linguagem é técnica, científica demais. A maioria dos técnicos, gestores e especialistas entrevistados entende que a informação deve ser contextualizada à realidade e linguagem da população. E o conhecimento científico gerado na universidade e os saberes locais, reconhecidos e incorporados à gestão de risco dos desastres.

"Há gestão de desastres em Blumenau? Já avançou muito, mas ainda não é suficiente pra dizer que nós somos de fato uma cidade modelo. Se formos comparar com a realidade brasileira, tudo bem. Mas, naquilo que nós deveríamos, [...] onde nós deveríamos estar sob o ponto de vista de gestão, a gente tem muito ainda pra fazer" afirmou um dos especialistas entrevistados, respondendo a sua própria pergunta.

A forma como enfrentamos as situações de emergência visa defender o modelo de desenvolvimento predominante na região atingida pelo desastre determinando sua institucionalização política. Este fato gera uma falsa sensação de segurança na população, mesmo que o sistema de proteção de desastres no Vale do Itajaí e Blumenau foi ficando cada vez mais complexo. Respostas governamentais inadequadas aumentam o impacto dos desastres sobre a população atingida, aumentando sua vulnerabilidade.

Em sua maioria, os entrevistados entendem que a atuação da gestão é centralizada na Defesa Civil (DC). Para eles, falta interlocução entre os níveis de gestão (federal, estadual e municipal), as políticas setoriais (Planejamento Urbano, Habitação, Saúde, Assistência Social, Educação), o conhecimento científico gerado na universidade e a comunidade. As ações da gestão estão centradas na preparação para o enfretamento, resposta e recuperação no pós-impacto do desastre. Para os técnicos, gestores e especialistas entrevistados, o município já realiza ações preventivas, no entanto, faz-se necessário ampliar a atuação na prevenção e na redução do risco.

Para a maioria dos especialistas, prevenir é muito mais do que preparar, "doutrinar" as pessoas para enfrentarem o impacto do desastre. As ações na emergência continuam sendo importantes, mas o objetivo é ampliar a ação para a prevenção e a fase pré-impacto do desastre. E isto significa conhecer melhor os fenômenos, neles interferir e atuar na diminuição do risco e da vulnerabilidade. Ou seja, atuar na gestão do risco de desastres ao invés de gerir desastres. É uma mudança de paradigmas, uma inversão do que vínhamos fazendo até hoje.

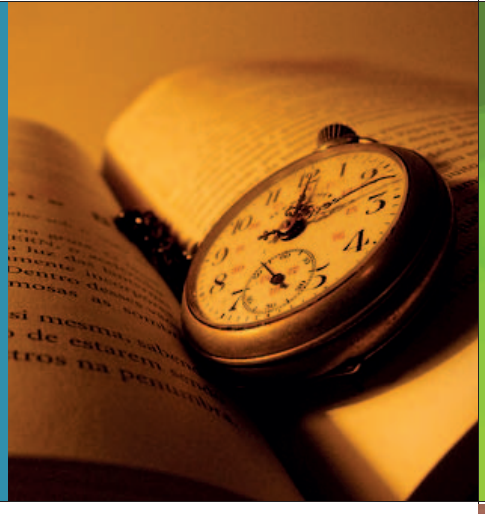
Para além das considerações já efetuadas, não podemos negligenciar também o caráter estrutural da questão dos desastres. O fato do capitalismo, a partir do seu regime de propriedade, polarizar a sociedade em classes sociais, significa que há acentuada desigualdade na distribuição da riqueza. As características urbanas, as formas de construção e os locais de ocupação do espaço urbano são consequências dessa estrutura que se manifesta também no problema das desigualdades sociais e dos conflitos socioambientais: quanto mais pobre, mais vulnerável. Logo, a mudança de paradigmas na gestão do risco de desastres pressupõem superar ou, no mínimo, minimizar as desigualdades sociais.

CARTA DE SUSCETIBILIDADE IPT/CPRM 2014

Classe de suscetibilidade	Área	
	km²	% (*)
Alta	259,6	50,1
Média	42,7	8,2
Baixa	216,3	41,7

Fonte: Secretaria Municipal de Defesa Cidadão (2015)

Fotos da enchente de setembro de 2011 em Blumenau.



CURTAS

MONTREAL SEDIARÁ FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Fórum Social Mundial completou 15 anos com edição comemorativa Temática em Porto Alegre (RS), entre 19 e 23 de janeiro. Mais uma vez o debate do Fórum se centrou em buscar alternativas ao sistema econômico vigente, mas dando destaque a outras pautas como democracia, economia solidária, mídia livre, educação, direitos e empoderamento das mulheres. O Fórum Social Temático é preparatório para o Fórum Social Mundial, que acontece no dia 14 de agosto, em Montreal, no Canadá. Como contraponto ao fórum econômico de Davos, movimentos sociais, sindicatos, intelectuais e ativistas de diversos países e de todos os continentes realizam, desde 2001, o FSM.

TRABALHADORES DEMITIDOS DA MALWEE CONQUISTAM VITÓRIA

Após serem surpreendidos com a demissão em massa quando retomaram as atividades, dia 21 de janeiro, trabalhadores da Malwee tiveram uma ótima notícia. O Sindicato havia efetuado denúncia ao Ministério Público do Trabalho solicitando indenização aos trabalhadores a título de danos morais em razão da dispensa em massa sem o aviso prévio. Em decisão na Procuradoria do Trabalho de Blumenau, pela Procuradora Daniela Elbert, a condenação é a vitória dos trabalhadores, um título indenizatório a ser pago pela empresa. A audiência contou com os representantes da empresa, trabalhadores e os dirigentes do Sintrafite, com o intuito de defender os direitos dos trabalhadores, a respeito da dispensa coletiva sem o aviso prévio e negociação com o sindicato. A negociação se encaminhou para 3,5 salários líquidos, divididos em três parcelas mensais, todos os trabalhadores terão direito a essa verba indenizatória, além da rescisão trabalhista.

EMISSÃO DAS CARTEIRAS DE TRABALHO TERÁ NOVO ENDEREÇO

A dificuldade para protocolar o pedido de carteiras de trabalho em Blumenau deve ser amenizada em fevereiro, quando um novo posto de atendimento à comunidade deve ser ativado. Até o fim do mês deve ocorrer a mudança da Gerência Regional do Trabalho (GRTE) e Emprego para um novo prédio na Rua 7 de Setembro. A decisão foi divulgada em reunião entre a superintendência estadual do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a prefeitura de Blumenau, que temporariamente é o único órgão a fazer o atendimento na cidade, embora seja de responsabilidade do governo federal. Até novembro de 2015, o atendimento para emissão das carteiras de trabalho em Blumenau era feito em três locais: nas intendências do Garcia e da Vila Itoupava e na Praça do Cidadão, na prefeitura.

INSCRIÇÕES PARA O 28º FITUB VÃO ATÉ O DIA 18 DE MARÇO

Um dos mais importantes eventos do calendário cultural blumenauense está com as inscrições abertas. Grupos teatrais que queiram participar do 29º Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB) têm até o dia 18 de março para fazer a inscrição. O requerimento deve ser preenchido via online, no site da FURB. O preenchimento no entanto, não habilita o grupo como participante do Festival. A Comissão de Seleção de Espetáculos do Festival vai selecionar as peças inscritas.

Neste ano, o evento ocorre de 7 a 14 de julho. Oficinas, mostra de vídeos, jornada de estudos e debates integram a programação. O Festival é um projeto cultural aprovado junto ao Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet. E está autorizado a captar recursos junto a empresas tributadas com base no lucro real visando à execução do projeto.

Os incentivadores que apoiarem o projeto terão o total do valor desembolsado deduzido do imposto devido, dentro dos percentuais permitidos pela legislação tributária. Para empresas, até 4% do imposto devido. Mais Informações: cultura@furb.br ou pelo telefone (47) 3321-0575.

COM DOIS ANOS DE ATRASO, PRÊMIO CATARINENSE DE CINEMA É LANÇADO

Estão abertas até o dia 7 de março as inscrições para o Prêmio Catarinense de Cinema. Depois de dois anos de atraso, finalmente foi lançado o edital dia 18 de janeiro pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Este ano o Prêmio irá distribuir R$ 3.375.000,00 para a realização de um projeto de longa-metragem de ficção, dois telefilmes de documentário, uma obra seriada de ficção ou documentário, 12 curtas-metragens de ficção ou documentário (divididos em três módulos, com quantidades de prêmios e valores diferenciados). Os recursos serão do Funcultural (R$ 2,04 milhões) e do Fundo Setorial Audiovisual da Agência Nacional de Cinema, a Ancine (R$ 1,35 milhão). O Prêmio foi criado em 2002 e, conforme lei estadual, deveria ser realizado anualmente. A última edição foi lançada em 2013 e distribuiu R$ 2,9 milhões para quatro categorias. A edição atual deveria ter sido realizada em 2014 e, em razão das eleições, foi adiado para 2015 e novamente adiado para janeiro deste ano.

NOVA PENITENCIÁRIA DE BLUMENAU PROMETE INAUGURAR NOVA FASE NA SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE

Com 8,6 mil metros quadrados e 599 vagas, foi inaugurada final de janeiro a nova penitenciária de Blumenau. O espaço na Ponta Aguda pretende mudar a realidade do sistema carcerário da região e se destina a abrigar apenas os presos já condenados. A unidade terá o trabalho focado na ressocialização dos detentos e vai oferecer três espaços para atividades distintas: convívio, educação e trabalho. A conclusão do Complexo Penitenciário do Médio Vale do Itajaí, do qual a Penitenciária Industrial de Blumenau faz parte, está prevista para o final de 2018, com a entrega do novo presídio e da área de regime semiaberto. Considerado o pior do estado pela Defensoria Pública, a estrutura do presídio de Blumenau recebeu duras críticas da Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros e até da Polícia Militar.

"OS IMPACTOS ATÉ HOJE SENTIDOS PELOS EMPREGADOS QUE PARTICIPARAM DA GREVE DE 1989 FOI MARCANTE"

Dados da Organização Internacional do Trabalho aponta realidade preocupante dos trabalhadores. No Brasil, mais de 60% deles não têm contrato permanente

Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB, Oscar Krost se prepara para lançar em livro sua dissertação. Com o título "O avesso da reestruturação produtiva: A terceirização de serviços por facções", o trabalho analisa os efeitos da "terceirização" por "facções" na identidade profissional dos trabalhadores, bem como em sua renda e saúde. Examina a evolução histórica da indústria no mundo desde antes da Revolução Industrial, a globalização da economia e a liquidificação da modernidade. Diante da relevância do tema e da abordagem multidisciplinar, o trabalho foi indicado para publicação pela banca. O lançamento será ainda no primeiro semestre. A ideia é lançar o livro por uma editora independente. O livro deverá estar pronto no começo de fevereiro, estando confirmados lançamentos em Blumenau, Florianópolis e Porto Alegre. Parte da tiragem será destinada às Faculdades de Direito, às bibliotecas de todos os TRTs e a outras instituições interessadas. Vários sindicatos (inclusive o SINSEPES) já manifestaram interesse em apoiar a iniciativa. Krost exerce desde 2007 o cargo de juiz do Trabalho no Vale do Itajaí. O primeiro lançamento em Blumenau será na pós em Direito e Processo do Trabalho mantido pela AMATRA12 em convênio com a UNIASELVI, às 20h. O segundo ocorrerá no Sintrafite, dia 24, 14h30min, na sede na Rua Luiz de Freitas Melro.

Expressão Universitária: Qual foi o ponto de partida para este livro? O que motivou a pesquisa?

Oscar Krost - *O estudo das "facções" do ramo têxtil/vestuário teve início em 2007, quando passei a atuar em Blumenau como juiz do trabalho. Até então, meu trabalho havia ficado em questões bastante diversas, próprias das regiões do estado em que atuei, como os mineiros, em Criciúma, e o turismo/comércio, em Florianópolis. Vários processos judiciais que chegaram a mim para julgamento tratavam do assunto, exigindo uma análise pormenorizada. Conversei com outros juizes mais antigos na cidade, pesquisei decisões de vários tribunais e até em livros. Mais do que complexo, a meu ver, a questão era enfrentada de modo simplista demais. De tanto ler e refletir, ainda em 2007, publiquei um artigo sobre a matéria, veiculado em vários periódicos, reproduzido em um dos anexos do livro. Trata especificamente dos fundamentos da responsabilidade patrimonial das empresas tomadoras de serviços de "facções".*

Expressão: Qual a dimensão dos terceirizados em Blumenau? Sabemos quantos são os trabalhadores terceirizados na cidade?

Krost - *A resposta a esta pergunta é estimativa e de difícil comprovação. Primeiro, pela dificuldade de delimitar o que sejam trabalhadores "terceirizados", pois, por exemplo, há quem entenda que o negócio de "facção" não o seja. Segundo, pelo elevado grau de informalidade deste tipo de contratação, ficando um grande contingente de trabalhadores à margem das estatisticas oficiais. Desta forma, pela pesquisa realizada, é possível afirmar que no segmento têxtil/vestuário, a mão de obra "terceirizada" representa pelo menos 60% do total. E esse número cresce a cada ano, influenciado pela sazonalidade dos mercados e pela imitação de concorrentes feita pelos grandes do setor.*

Expressão: Por que a terceirização ganhou a dimensão que alcançou?

Krost - *Pela aceitacão da ideia de que vivemos novos tempos e que eles exigem relações mais fluidas e menos duradouras. É a modernidade liquida de que tanto Bauman trata. Na realidade a questão é bem mais profunda, envolvendo o enfraquecimento do estado de bem-estar, globalização da economia e fortalecimento do capitalismo pautado em um regime de acumulação flexível, questões analisadas no capítulo 1 do livro. Não há tempo para reflexão, tudo é muito rápido, ao alcance do toque na tela, do fluxo de dados online. Tendências e modismos ditam o compasso dessa "dança".*

Expressão: Algum setor específico em Blumenau sofreu mais os impactos da terceirização?

Krost - *Por ser o segmento que sempre respondeu pela maior parte dos empregos, o setor têxtil/vestuário, a ponto de algumas fábricas praticamente não manterem mais empregados de costura e acabamento, apenas projetistas e controladores de qualidade. Mas de um modo geral, nenhum ramo se viu imune à "terceirização" e à precarização das relações trabalhistas por ela provocada. Houve queda remuneratória, causada pela substituição do salário por unidade de tempo pelo salário por peça produzida, que por via reflexa, elevou a patamares assustadores a duração da jornada, provocando um elevado nível de adoecimento, apenas para ficar nos problemas mais evidentes.*

Expressão: Quais foram as principais descobertas com a tua pesquisa? Algo que tenha te surpreendido?

Krost - *Foram várias, ficando difícil de dizer neste espaço, até para não estragar a surpresa do leitor (riso). Poderia afirmar que os impactos até hoje sentidos pelos empregados que participaram da greve de 1989, a primeira grande leva de "terceirizados", foi algo marcante. Além disso, destacaria a depreciação causada pelo "faccionamento", em termos sociais na vida dos operário, de sua família e do bairro em que reside, uma espécie de "hinterland" das grandes indústrias, afetando sua identidade profissional, saúde e renda, de forma profunda e irreversível. Tenho que a própria história e a dinâmica social do município sofreram mudanças muitos imperceptíveis.*

Expressão: A crescente opção pela terceirização dos serviços pode gerar que tipo de impactos a longo prazo? A precarização das relações de trabalho é um caminho sem volta?

Krost - *Não apenas podem como já geraram e continuarão gerando se algo não for feito. Estudos, debates e tomadas de decisões nos campos político, jurídico, econômico, infortunístico, enfim, de todos os campos do saber e por toda a sociedade. Daí a importância fundamental de programas como o de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Furb (PPGDR), onde realizei a pesquisa que originou o livro, por seu viés multidisciplinar, crítico e socialmente engajado. Mesmo com uma década de magistratura do trabalho, sem o aprendizado e intercâmbio do qualificado corpo docente do PPGDR eu jamais teria conseguido chegar perto de tais conclusões, com destaque à orientação de meu orientador, historiador, Dr. Leonardo Brandão. Não acredito em caminhos sem volta, mas em deslocamentos de difícil retorno, mas que exigem tomada de postura e enfrentamento a longo prazo.*

Expressão: De que maneira você avalia a legislação brasileira no que se refere à terceirização?

Krost - *A legislação sobre o tema, especificamente, é pouca, ficando a disciplina da matéria à mercê do entendimento do poder judiciário. Isso não é bom ou ruim. As questões principais, neste caso, podem ser pautadas por outras normas já existentes, como o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor e a CLT, bastando um exercício simples de hermenêutica. Mas a questão central passa por saber se queremos enfraquecer os direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores e positivados na constituição em nome de uma suposta condutividade empresarial? Em caso positivo, qual o custo social desta escolha?*

Expressão: E em relação à atuação dos sindicatos de trabalhadores... qual a sua avaliação sobre o papel desempenhado por eles em Blumenau?

Krost - *É de suma importância, pois sem eles o enfrentamento das classes seria ainda mais desigual. É preciso, entretanto, qualificar esse trato, reiventando os órgãos de classe, para não perderem seu importante papel de aglutinadores dos trabalhadores. Atualizar sem perder a essência. É importante o papel assistencial do sindicato, oferecendo serviços médicos e odontologicos, mas o foco não pode ser apenas esse.*

Expressão: Quais as suas expectativas quanto ao lançamento do livro?

Krost - *Mais uma pergunta de difícil resposta (riso). São as melhores possíveis, pois a pré-venda foi muito boa, inclusive pelo interesse de empresas e advogados patronais. Outra coisa interessante foi a quantidade de instituições de fora de Santa Catarina dispostas a realizar lançamentos do livro, permitindo a implementação da ideia de descentralização e independência do projeto. Foi um grande prazer poder divulgar a minha obra no* **Expressão Universitária** *e poder contar com o apoio do Sinsepes nessa trajetória.*

** Zygmunt Bauman é um sociólogo polonês nascido em 1925 que tem como ideia mais popular o conceito de modernidade líquida. Em suma, modernidade líquida é a época atual em que vivemos. É o conjunto de relações e instituições, além de sua lógica de operações, que se impõe e que dão base para a contemporaneidade. É uma época de liquidez, de fluidez, de volatilidade.*

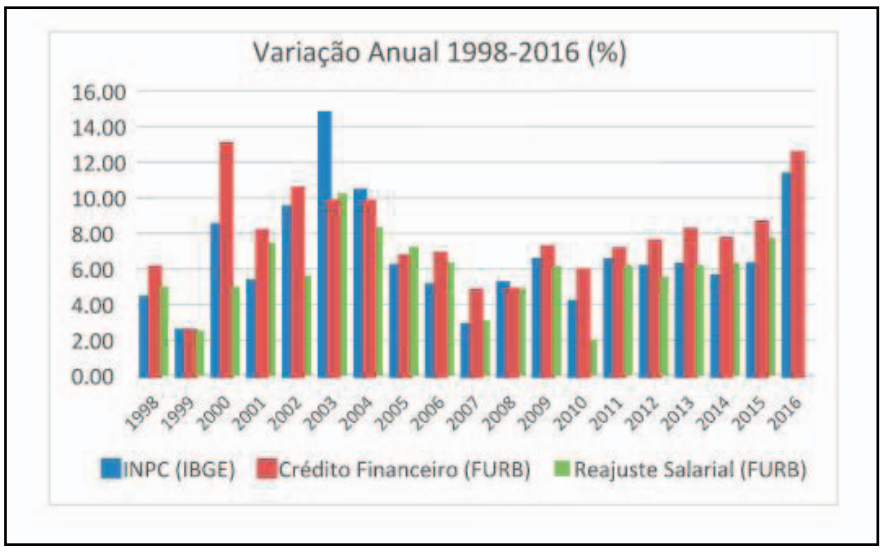
Marcos Antônio Mattedi
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Professor do Programa de Pós Gradu-
ação em Desenvolvimento Regional

LadoB

MENSALIDADES

As mensalidades constituem o ponto axial da FURB. São as mensalidades que regulam o acesso a formação e, consequentemente, estratificam estudantes e cursos; são as mensalidades que delimitam os investimentos e a qualidade da infraestrutura; são as mensalidades que condicionam as condições salariais dos servidores. Ou seja, são as mensalidades que financiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As mensalidades na FURB constituem a materialidade que estrutura as relações internas e externas, e que formata a instituição. Portanto, as mensalidades acabam mediando as relações que a FURB mantém com a sociedade.

É que em dezembro o CONSUNI acatou a proposta da reitoria e fixou o Crédito financeiro em R$ 42,14, o que corresponde a reajuste de 12,49% das mensalidades. O sentido e significado dessa decisão ainda não podem ser plenamente examinados. Porém, dois aspectos precisam ser considerados para entender os desafios para o futuro próximo. Por um lado, o que está em jogo é o peso da inflação e o Custo FURB (crescimento da folha, ISSBLU, investimento, etc.); por outro lado, os riscos relacionados a evasão e inadimplência. Como as mensalidades respondem por 87% do orçamento, o aumento delimita as condições de reprodução institucional.



Mas nem sempre foi assim. Até o início da década de setenta a FURB foi gratuita; ou melhor, gratuita no sentido pré-constituição de 1988, no qual os alunos pagavam pequenas taxas. Nesse período a FURB era financiada pelo poder público municipal. O processo de expansão teve como consequência o aumento dos custos, o que se tornou inviável o financiamento pelo município - o curioso é que nesse período os funcionários eram celetistas e o ensino gratuito, agora os funcionários são estatutários e o ensino pago. Nesse sentido, pode-se dizer que a cobrança de mensalidades foi o efeito paradoxal do crescimento da FURB.

Com o tempo, as mensalidades instituíram um padrão de gestão. Esse padrão de gestão fundamentava-se num pressuposto administrativo: os custos de reprodução podem ser transferidos para mensalidades. Esta cultura institucional baseava-se em duas pré-condições: a) expansão progressiva do número de matrículas; b) monopólio regional de oferta de ensino superior. Este modelo foi concebido e aplicado inicialmente na FURB e na UNIVALI, e depois se expandiu para todo sistema ACAFE. Digamos que, com um pouco de imaginação, este modelo de gestão pode ser caracterizado como Padrão Tafner/Vilela de Gestão Universitária.

Enquanto os custos puderam ser transferidos para as mensalidades verifica-se um processo de expansão da FURB. A transformação numa instituição pública e a mudança do regime de trabalho; a expansão do número de cursos e da quantidade de alunos; a consolidação da pesquisa e a criação de programas de pós-graduação; por isso, da área de educação ao meio ambiente, passando pela saúde, o esporte, a cultura a extensão colocou a FURB em todos os pontos de passagem do desenvolvimento do Vale do Itajaí. Este processo se exprime materialmente na implantação de diversos campi e encontra-se escorado financeiramente nas mensalidades.

Os limites desse modelo se manifestaram de diversas formas ao longo das últimas três décadas. As primeiras indicações remontam a década de oitenta com o movimento de boicote as mensalidades do DCE. Estes limites permaneceram latentes e somente na década de noventa, com o processo de desregulamentação do ensino superior promovido pelo Governo FHC, estas contradições se explicitaram. A quebra do monopólio local deslocou o desenvolvimento institucional nas áreas tecnológica e saúde. Porém, com a expansão do ensino publico promovida pelo Governo PT, verifica-se inclusive a perda de exclusividade nestas áreas.

Exprimida entre o aumento simultâneo da oferta de vagas do ensino privado e do ensino público o Padrão Tafner/Vilela de Gestão Univeristária se esgotou. Por um lado, a FURB não é tão acessível financeiramente e flexível academicamente como a Uniasselvi; por outro, não possui a reputação e o reconhecimento da UFSC. Isto significa que a FURB é, ao mesmo tempo, cara demais para a Nova Classe Média emergente e não boa suficiente para a Velha Classe Média para justificar a escolha. Portanto, a questão é difícil de ser equacionada para a FURB: como oferecer uma formação de melhor qualidade acadêmica por um menor custo?

Sempre existiram tentativas de escapar da armadilha das mensalidades. Talvez a mais ambiciosa tenha sido o Movimento FURBFederal. Surgido da luta histórica pela federalização da FURB tentou aproveitar o ciclo de expansão do ensino público federal e acabar com a dependência institucional das mensalidades. Depois de várias mobilizações estudantis e um longo processo político de negociação o corporativismo da UFSC, a divisão interna da FURB, e o bloqueio das lideranças do PT inviabilizaram a proposta. Por isso, enquanto o MEC entregava o Puxadinho da UFSC, a FURB acreditara nas mensalidades anabolizadas pelo FIES.

Nesse sentido, as mensalidades se convertem num artifício para enfrentar a crise financeira causada pelo corte do FIES no início de 2015. Portanto, a Resolução 045/2015 (reajuste das mensalidades) deve ser associada com a Resolução 054/2015 (Agenda do Corte). Relacionando estes dois movimentos, a estratégia que parece se configurar é diminuir as despesas e aumentar receitas: aumentar as mensalidades e controlar salários. O Crédito Financeiro sobe mais que a Inflação, que é maior que o Reajuste Salarial. Dito de outra forma, quem sempre paga conta é o aluno e o servidor: reajuste das mensalidades para cima e reajuste salarial para abaixo.

As mensalidades dizem o que é a FURB e o que ela pode ser. Demarcam os seus limites e potencialidades enquanto universidade. A votação no CONSUNI do reajuste das mensalidades explicita estas ambivalências. A enquanto a comunidade foi contrária (DCE e Executivo Municipal propuseram 10,49%) e a corporação foi a favor (reitoria, diretores, representantes). Portanto, parecer existir uma contradição entre os interesses da parte interna e da externa. Nesse sentido, duas questões: o que faremos quando não pudermos mais aumentar as mensalidades? Ou, o que acontecerá se o reajuste das mensalidades não surtir o efeito esperado?

Existe uma relação direta entre reajuste e matrículas. Em 18 anos o Crédito Financeiro subiu 310,75%. Quanto maior o valor das mensalidades, maior as diferenças entre a Furb Diurna (aluno tempo integral que estuda para trabalhar) e a Furb Noturna (aluno tempo parcial que trabalha para estudar). O aumento das mensalidades fecha ainda mais a porta da FURB para classe baixa e ascendente. Nesse sentido, verifica-se um duplo movimento que opera institucionalmente de forma simétrica, elitizando e precarizando simultaneamente. Esta redução da diversidade social e cultural diminui a importância da FURB no desenvolvimento da região do Vale do Itajaí.

As mensalidades são muitas coisas ao mesmo tempo. Dependendo do ângulo que se olhe acabam assumindo significados diferentes. Para os alunos elas são um fardo; para os servidores são uma ventura; para gestão um constrangimento... Como o fato institucional central as mensalidades são negociadas e disputadas em diversas esferas de interação: Estudantes-trabalhadores e Estudantes-profissionais; Estudantes e Servidores, SINSEPES e Gestão, FURB e Fornecedores, FURB e outras IES, FURB e MEC, FURB e PMB, etc. Na translação candente destes interesses como repor as perdas salariais sem aumentar as mensalidades?

Somos profundamente gratos a equipe do SIGAD, do SINSEPES e do Setor Financeiro que forneceram os dados e, especialmente, ao Dr Fabrício Ricardo de Limas Tomio pelo processamento dos dados.